

O leitor entre modelos e horizontes

Marcia Lisbôa Costa De Oliveira (UFF e UNESA)

No campo da teoria da literatura a figura do leitor ganha força por volta da década de 60. Examinando o conjunto teórico construído a partir de então, parece mais pertinente compreender cada uma das abordagens desenvolvidas como uma diferente angulação de um mesmo objeto, em lugar do que pensar cada corrente como um arcabouço conceitual autônomo e estanque. A leitura organiza-se como um paradigma teórico em torno do qual se desenvolvem conceitos complementares que buscam analisar a relação comunicacional entre texto e leitor. Nesse paradigma inserem-se as proposições de Umberto Eco e de Hans Robert Jauss, que analisaremos a seguir.

Lendo em ordem de publicação os textos teóricos de Umberto Eco – *de Obra Aberta* (1962) a *Os Limites da Interpretação* (1990), nota-se que houve um progressivo endurecimento de suas posições, à medida que construiu um arcabouço conceitual cada vez mais específico para explicitar o funcionamento do processo de cooperação interpretativa em obras narrativas. Na *Obra Aberta*, Umberto Eco esboça uma “poética sobre abertura da obra”, que, embora não trate especificamente do papel do leitor na determinação dos sentidos da obra, aponta o caráter comunicacional do objeto literário, que não pode prescindir da interferência de seu receptor. Percorrendo os textos publicados por Umberto Eco nos últimos trinta anos, percebe-se a ocorrência de mudanças terminológicas e adensamentos conceituais,

mas é na *Obra Aberta* que estão presentes sementes das idéias que geraram o corpo teórico/conceitual desenvolvido principalmente a partir da década de setenta.

Se neste primeiro livro já se destaca a participação do leitor na determinação do(s) sentido(s) da obra, também aí já se encontram discussões sobre os limites de sua intervenção. Na introdução à segunda edição brasileira da *Obra Aberta*, Eco sintetiza sua concepção do objeto de suas pesquisas: “A obra de arte é uma mensagem fundamentalmente ambígua, uma pluralidade de significados que convivem num só significante”.(ECO, 1976. p. 22)

Eco entende que a formulação conceitual da “obra aberta“ representa um modelo hipotético que pode ser aplicado a obras concretas, as quais apresentam similaridades estruturais, embora sejam extremamente diversas em outros planos. Ou seja, o *modelo da obra aberta* não reproduz a estrutura objetiva das obras, mas a estrutura de uma relação frutiva. O que se analisa é a estrutura geradora das leituras possíveis, portanto o modelo teoricamente desenvolvido não é factual.

Ao pensar o sintagma *obra aberta*, importa para ele não o adjetivo, mas o substantivo. Não é demais tornar a citá-lo: “Um texto aberto delinea um projeto “fechado” de seu Leitor Modelo como um componente de sua estratégia estrutural” (ECO, 1979).

Após a publicação da *Obra Aberta*, Eco deu-se conta de que não dispunha de instrumentos teóricos suficientes para analisar as estratégias textuais que geravam a experiência de abertura da obra.

Ele encontrou os instrumentos que buscava em três fontes diversas: o Formalismo Russo, a Lingüística Estrutural e algumas propostas semióticas. Basicamente, Eco recolhe na semiótica de Peirce elementos para a compreensão dos processos de cooperação interpretativa e a elaboração de uma pragmática do texto.

O eixo das idéias de Umberto Eco sobre o papel do leitor é a figura do leitor-modelo, que seria constituído pelas orientações que pré-configuram os protocolos de leitura da obra, “instruções” que estão espalhadas no texto, como índices de uma atitude de leitura desejada. Ou seja, são as estruturas textuais que se organizam de modo a serem percebidas de uma determinada maneira pelo leitor.

Eco diferencia leitores-modelo de textos fechados e de textos abertos, ressaltando que, no caso dos textos fechados, por mais que o texto seja estruturado como um “projeto inflexível”, não controla a atitude do leitor empírico. Este pode elaborar “decodificações aberrantes”, lendo o texto de maneiras diversas, a partir de convenções e pressuposições diferentes daquelas sobre as quais o texto se estruturou.

Em relação ao leitor-modelo para textos abertos, sua ressalva refere-se aos limites da interpretação, porque o leitor não pode usar um texto como queira: “Um texto aberto delineia um projeto “fechado” de seu Leitor Modelo como um componente de sua estratégia estrutural” (ECO, 1979, p.9).

Esta perspectiva do texto enquanto objeto incompleto, dependente de atualização por parte do destinatário, parte tanto das teorias

semióticas de Peirce, quanto das teorias da informação, cujo vocabulário também é incorporado às formulações teóricas.

Em outra vertente dos estudos literários, o teórico alemão Hans Robert Jauss proferiu uma aula inaugural na Universidade de Constança, em 1967, em que elaborava pesada crítica às formas tradicionais da História da Literatura e lançava as bases do que viria a ser a Estética da Recepção. Na conferência intitulada *A história da literatura como provocação da ciência literária* (JAUSS, 1999), Jauss denuncia a metodologia ultrapassada das história da literatura, que para ele estava presa ao modelo positivista do século XIX, condicionando o literário a relações de causa/conseqüência.

Jauss propõe a recuperação da historicidade da obra de arte, pela compreensão de seu significado no conjunto da sociedade. A análise do objeto literário mudaria o enfoque, da estrutura textual para o leitor, que garante a vitalidade da Literatura.

Em suas teses, o teórico alemão aponta o programa de ação da Estética da Recepção. A tese 5 trata do aspecto diacrônico do literário. Para ele, a inserção de uma obra na sucessão histórica deve considerar a história dos efeitos, pois “a vida histórica da obra literária não pode ser concebida sem a participação ativa de seu destinatário”. Jauss analisa também as oscilações de prestígio de uma obra.

Ele abala os alicerces teóricos do Cânone Literário na medida em que provoca a discussão sobre a validade de uma história da literatura fossilizada que se ergue sobre uma seqüência cronológica de agrupamentos de obras eleitas como canônicas, cuja efetiva circula-

ção jamais se investigou criteriosamente. Ou seja, jamais se pensou como o público contemporâneo reagiu às obras e que efeito elas obtiveram junto às sucessivas gerações de leitores, atitudes que para Jauss são fundamentais para o estudo do fenômeno literário.

A última tese apresentada na conferência inaugural tematiza a função social da leitura:

A função social da literatura manifesta-se em sua genuína possibilidade apenas quando a experiência literária do leitor entra no horizonte de expectativas de sua práxis vivida, pré-forma sua compreensão do mundo, e assim também tem efeito sobre seu comportamento social. (JAUSS, 1999, p. 39, trad. nossa)

Se as teses anteriores preocupam-se com o aspecto histórico, no fragmento acima citado percebemos o impacto subjetivo da leitura, uma experiência transformadora na medida em que a compreensão de mundo se alarga pela incorporação do vivido na leitura

Fundamentalmente, os sistemas de compreensão da leitura de Jauss e Eco têm em comum uma metodologia que afirma a existência de caminhos apontados pelo texto, que limita o jogo de leituras possíveis. Um elemento importante nas duas propostas é o destaque dado ao prazer que se verifica no encontro entre leitor e texto; apresentando modulações conceituais, esta idéia está presente nos dois sistemas.

Para a Estética da Recepção, o prazer é tratado como uma *experiência estética*, uma situação mobilizadora, que impele o expectador à ação. O prazer é gerado por três forças que atuam no ato de

interpretar: a participação do leitor na construção dos sentidos da obra gera o prazer de sentir-se co-autor da obra (*Poiesis*); o efeito de renovação da percepção cotidiana decorrente do estranhamento provocado pela obra de arte (*Aisthesis*) e o prazer afetivo resultante e identificação com o objeto estético que suscita tanto a transformação das convicções do leitor, quanto a liberação de sua mente (*Katharsis*). O ensaio *O Prazer estético e as experiências fundamentais da Poiesis, Aisthesis e Katharsis* (JAUSS et alii, 1979, p. 55) historia o conceito de prazer, apontando suas nuances semânticas e filosóficas com relação à *experiência estética*, notadamente nos escritos de Aristóteles e Santo Agostinho, além de criticar a idéia de prazer como alienação nos estudos de Marx a Adorno.

Neste texto, Jauss faz referência às idéias expostas por Roland Barthes no *Prazer do Texto*. Embora reconheça em Barthes um empenho em reabilitar o prazer estético, contra os que viam neste um instrumento alienatório utilizado pela classe dominante, Jauss faz restrições ao que considera uma “redução do prazer estético ao regozijo frente à linguagem”.

Jauss identifica na instituição da linguagem como lugar do prazer uma conseqüente cisão entre prazer/trabalho e prazer / conhecimento. Ele discorda desta separação, já que considera a Experiência Estética como um “estado de oscilação entre o puro prazer sensorial e a reflexão, em que gozo e compreensão funcionam de maneira indissociável” (JAUSS et alii, 1979).

O equivalente às categorias prazer/fruição e Experiência Estética no sistema teórico erigido por Umberto Eco é o *estímulo estético*. Os *estímulos estéticos*, segundo Eco, fundam-se na abertura e na plurivocidade da obra de arte que tocam a sensibilidade do leitor e proporcionam o acontecimento da experiência estética. De acordo com Eco, a abertura é fundamental para a fruição estética, isto é, a obra de arte precisa ser plurívoca para que se realize seu projeto comunicativo, acionando a sensibilidade do receptor. O estímulo estético oferecido pela obra provoca a sensibilidade do receptor em dois níveis.

No primeiro nível, apela aos códigos literários que incorporou e a suas experiências passadas; no segundo nível, ou segunda recepção, a interação entre as lembranças despertadas e os significados recolhidos no contato com o texto acontecerá sob uma perspectiva mais complexa e enriquecida.

Buscando os pontos de contato entre as formulações teóricas de Umberto Eco e Jauss, verificam-se algumas semelhanças no modo de perceber o encontro entre o leitor e o objeto literário. Ambos baseiam suas reflexões na estrutura da obra que pré-configura o comportamento do leitor. A nomenclatura que utilizam é diferenciada, mas, em última análise, a tensão resultante do encontro entre texto e leitor constitui o cerne de seus ensaios. Um olhar mais detido sobre as idéias de Jauss e Eco torna clara a constatação de que, ultrapassando a diversidade marcada na superfície terminológica e nos pres-

supostos de cada uma das linhas de abordagem, a concepção do ato de ler, em ambos, é muito semelhante.

Para Jauss, a interpretação do texto se dá através da *fusão dos Horizontes de Expectativas implícito e explícito ao Texto* - em outras palavras, entre as estruturas objetivas da obra e as condições subjetivas e condicionamentos sociais que o leitor trará para a leitura. Assim, a interpretação sofre dois tipos de condicionamentos: o efeito condicionado pela obra, que é constituído por orientações prévias e imutáveis, e a recepção condicionada pelo leitor, que carreará as vivências pessoais e códigos coletivos os quais serão fundamentais na atribuição de sentidos à obra.

De maneira muito próxima, Umberto Eco entende a interpretação como um movimento (ou um condicionamento de) entre duas instâncias – a *intentio operis* e a *intentio lectoris* – a primeira constituiu-se pela soma da intenção do texto, ou autor-modelo, com a Enciclopédia lingüístico-cultural que perpassa a obra, soma esta que resulta na configuração de um Leitor-Modelo, ou seja, constrói um modelo virtual de leitura; a segunda é também fruto de um somatório das conjecturas que o Leitor- Empírico faz sobre o Leitor-Modelo e da competência deste leitor (conhecimento de mundo, protocolos de leitura) que busca exercitar uma cooperação baseada nas competências previstas pelo texto, ou seja, tenta comportar-se como o modelo virtual de leitura criado pelo texto.

De modo geral, pode-se objetar a esta comparação conceitual que os vocábulos empregados por Jauss são semanticamente mais

amplos do que aqueles empregados por Eco. Analisando, por exemplo, a expressão “Horizonte de Expectativas”, percebe-se que embora a palavra horizonte implique em sua etimologia a idéia de limitação, é lida hoje muito mais no sentido de amplidão, perspectiva, extensão, espaço. Já “Protocolo de Leitura” é uma expressão de feição tecnicista; o protocolo é formal, regulador, limitador pela circunstância cerimonial que o reveste. Como ambas as expressões referem-se ao saber textual, contextual e intertextual acumulado pelo leitor que será acionado no momento do encontro com o texto, parece que a denominação escolhida por Jauss é a mais adequada.

Comparando-se os binômios leitor-implícito – termo cunhado por Wolfgang Iser e incorporado mais tarde por Jauss – e leitor-modelo, usado por Eco, encontra-se a mesma questão semântica. O leitor implícito é um mecanismo que está subentendido na estrutura textual, logo, o movimento do leitor será o de seguir suas pegadas, aqui o adjetivo é menos limitador do que em leitor-modelo. Mesmo que no conteúdo conceitual das duas expressões esteja embutida a idéia de efeito condicionado pela obra, observa-se que na carga semântica do adjetivo modelo está inserida uma idéia de normatividade muito mais forte; além disso, a existência de um modelo sugere a valoração das leituras produzidas, tomando-se como parâmetro a soberania da intenção da obra que se revela na constituição deste modelo.

Em suma, no confronto entre Jauss, herdeiro da tradição hermenêutica alemã e Umberto Eco, fica claro que a opção pelo cami-

nho da semiótica textual limita as teorias explicitadas por Eco e faz com que sua metodologia de abordagem de textos ganhe contornos exageradamente tecnicistas, excluindo a emoção do leitor. Escolhendo falar da “razão pela qual o texto dá prazer”, Eco radicaliza o racionalismo e acaba por alijar o *prazer* de suas discussões. Em Jauss, percebe-se uma visão mais filosófica e, por conseguinte, mais ampla do objeto literário, ainda que seu “método” seja discutível. A função da leitura como móvel de transformações subjetivas e, conseqüentemente, sociais é um porto chave em sua percepção.

A valoração implícita na teoria de Eco é uma chave para a compreensão da discussão teórica que este trava com Jonathan Culler (ECO, 1993). Ao discorrer sobre o conceito de superinterpretação, Eco afirma, grosso modo, que há interpretações corretas e incorretas, melhores e piores. Já que, de acordo com o próprio Eco, o autor-empírico não tem poderes regulamentadores sobre as interpretações de sua obra, é ao crítico que parece caber tal função. Com isso, recoloca o crítico no papel de juiz, responsável pela chancela do valor das diferentes leituras provocadas por uma obra. Tudo aquilo que desconsidera o modelo e rompe os limites da interpretação está errado, e como tal, não tem valor.

As discussões teóricas entre Culler e Eco deixam entrever alguns matizes que a questão conceitual pode adquirir. Ao reafirmar em diversos momentos que o texto é o limite, e ao cunhar a expressão leitor-modelo, ele está mantendo a idéia de um centro, que é aqui representado pela estrutura textual. A rede conceitual sob a qual se

baseia reforça constantemente esta idéia. Entre suas concepções sobre abertura da linguagem literária e a proposta metodológica para a análise de textos reside uma contradição básica; se, em tese, admite a ambigüidade e a pluralidade de significados como uma característica da estética contemporânea, em termos metodológicos preocupa-se em definir os limites para a intervenção do leitor na constituição de sentidos da obra.

Apesar de todas as ressalvas levantadas, é importante notar que o poder argumentativo presente nos ensaios de Umberto Eco, aliado ao conhecimento enciclopédico e a um talento inequívoco para a análise minuciosa, fazem dos seus textos leituras obrigatórias para quem quer pensar a questão da leitura.

A grande diferença da Estética da Recepção é a ênfase no impacto subjetivo da leitura, na medida em que ao pensar a identificação, compreende a experiência da leitura como um móvel de transformações subjetivas pela incorporação de saberes vividos nos mundos criados nas obras literárias.

Nos sistemas teóricos aqui discutidos, verificamos que a leitura literária é entendida como um processo de interação em que o leitor assume o papel de co-criador da obra. A liberdade do leitor é maior ou menor, conforme o modo como a leitura é compreendida, mas, tanto Eco quanto Jauss afirmam que o leitor traz para o texto seu conhecimento textual e contextual. Desta forma, os sentidos do texto serão construídos no momento em que se dá o encontro vital entre leitor e texto.

Referências Bibliográficas

ECO, Umberto. *Obra aberta; forma e indeterminação nas poéticas contemporâneas*. Trad. Sebastião Uchoa Leite. Revis. Celso Lafer e Haroldo de Campos. São Paulo: Perspectiva, 1976.

_____. *The role of the reader; exploitations in the semiotics of texts*. Bloomington: Indiana University Press, 1979.

_____. *Lector in fabula; a cooperação interpretativa nos textos narrativos*. Trad. Atílio Cancian. Revis. J. Ginsburg. São Paulo: Perspectiva, 1986.

_____. *Interpretação e superinterpretação*. Trad. MF. Revis. e texto final. Mônica Stahel. São Paulo: Martins Fontes, 1993. (Coleção Tópicos).

_____. *Os Limites da Interpretação*. Trad. Pérola de Carvalho. São Paulo: Perspectiva, 1995.

JAUSS, Hans Robert. *Towards an Aesthetic of reception*. Trad. Timorhi Batí. Minneapolis: University of Minnesota Press, 1999.

JAUSS, Hans Robert et alii. *A Literatura e o Leitor: textos de estética da recepção*. Coord., trad. de Luiz Costa Lima. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1979.

LIMA, Luiz Costa (Org.). *A Teoria da Literatura em suas fontes*. 2. ed. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1984. 2v.

ZILBERMAN, Regina. *Estética da Recepção e História da Literatura*. São Paulo: Ática, 1989.